



Inea licitacoes <licitacoesinea@gmail.com>

CS BRASIL - WF 025608 - ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS - INEA/RJ PE/006/2024

secont@inea.rj.gov.br <secont@inea.rj.gov.br>
Para: Inea licitacoes <licitacoesinea@gmail.com>

11 de novembro de 2024

Prezados;

Considerando Minuta de Contrato encaminhada na data de 25 de setembro de 2024 e observando o pedido de esclarecimento da licitante no que tange as cláusulas com os seguintes apontamentos:

Aduz a Licitante:1. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Consta na minuta do contrato, a seguinte previsão:

9.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de% do valor do Contrato.

Com efeito, em resposta aos esclarecimentos constou que:

Resposta: São constantes do item 9.1 até o item 9.13.2.

Destarte, a resposta não é satisfatória, uma vez que nos itens indicados não consta de forma clara e objetiva, qual deverá constar no item 9.4

Assim, considerando a lacuna contida no item 9.1 do edital ("9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES"), solicito informado que o percentual a ser aplicado na hipótese indicada.

Resposta INEA:

Ao verificar o exposto da Cláusula Décima Segunda (DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES) do instrumento jurídico, verifica-se que consta expressamente na alínea 12.4 da Cláusula a seguinte redação:

12.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de% do valor do Contrato.

Desta feita, informa que consta como percentual a ser aplicado no caso em tela o valor de 5% (cinco por cento).

Aduz a Licitante:1. **REAJUSTE**

Conforme respostas aos esclarecimentos fornecidos pelo INEA, está correto o entendimento da licitante de que o reajustamento de preços será concedido a cada período de 12 meses, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses entre a data base do orçamento estimado da CONTRATADA, para o primeiro reajuste, e do último reajuste ocorrido para os demais. Entretanto, quanto a data base que foi considerada pela Administração Pública com data do orçamento estimado para a licitação, informou que a **Data base é a considerada pela proposta acostada no ato licitatório.**

Com efeito, a fim de adequar a regra do edital com a legislação o reajustamento dos preços deve ter data base vinculada ao orçamento estimado para licitação, que corresponde à pesquisa de preços realizada ainda na fase processual de habilitação, que antecede a abertura da sessão, conforme se depreende da leitura do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/2021.

Desta forma, não é correta a indicação da data da proposta para ser considerada como data do orçamento para o reajustamento dos preços.

Ademais, todas as condições da futura contratação devem ser previamente estabelecidas no edital, notadamente, o reajustamento de preços, data base e respectivo índice que deverá ser aplicado durante as contratações.

Desta forma, a falta de indicação expressa da data base do orçamento estimado, caracteriza omissão que caracteriza ilegalidade e isonomia do certame.

a. Considerando que a Lei 14.133/2021 prevê que o **reajustamento dos preços deve ter data base vinculada ao orçamento estimado para licitação** deverá ser **desconsiderada** a previsão de reajuste a contar do mês da apreensão da proposta?

b. Para adequação da regra à legislação: qual data base foi considerada pela Administração Pública como **"data do orçamento estimado"** para o presente processo licitatório?

Resposta INEA:

Cumprе ressaltar que cuida a CLAUSULA SÉTIMA (REPACTUAÇÃO), dos pressupostos necessários para aplicação do reajuste ao contrato. Desta forma cuida o Item 7.2 alínea (b) do Instrumento:

7.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
b) para os custos decorrentes do mercado: **a partir da apresentação da proposta;**

Nesse sentido, informa que o valor a ser considerado, tendo em vista o objeto da demanda, será a apresentação da proposta, e em caso de mão de obra exclusiva, os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, observando a categoria profissional abrangida pelo instrumento.

Aduz a Licitante:

Com efeito, a **minuta do Contrato** é instrumento indispensável para fixar o prazo de vigência e os demais regramentos que deverão ser observados pelas partes eventual ilegalidade.

Tanto é verdade, que foi disponibilizada minuta contratual como anexo ao edital e consta previsão quanto à sua assinatura.

Desta forma, questiona-se:

- a. Entendemos que a contratação será formalizada somente por contrato, seguindo a minuta padrão do edital. Está correto nosso entendimento?

Resposta INEA:

Informo que sim, a contratação será formalizada somente por contrato devido ao valor e por ser um serviço contínuo, seguindo a minuta acostada no edital de licitação

Aduz a Licitante:

Diante de tais circunstâncias, visando sanar a divergência e omissão apontada, questionamos:


- a. O início da contagem da **VIGÊNCIA** contratual pode ser alterado para constar que será a partir da "data de entrega dos primeiros veículos"?
- b. Caso negativo, qual será o marco inicial para contagem do prazo de vigência?
- c. Caso seja da assinatura do contrato, está correto nosso entendimento de que a vigência iniciará a partir da última assinatura das partes no contrato?

Resposta INEA:

O prazo de vigência contratual conta a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme previsto na cláusula segunda na minuta contratual item 2

Cordialmente

Karen dos Santos Araujo

Assessora - SERVCONT
Gerência de Administração e Logística - GERADL
Coordenadoria Executiva e de Planejamento - COOEXEC
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Contato: (21) 2334-9643 /  (21) 98051-0110 - secont@inea.rj.gov.br



De: "Inea licitacoes" <licitacoesinea@gmail.com>

Para: "secont" <secont@inea.rj.gov.br>

Enviadas: Sexta-feira, 8 de novembro de 2024 12:35:39

Assunto: Fwd: CS BRASIL - WF 025608 - ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS - INEA/RJ PE/006/2024

----- Forwarded message -----

De: **Licitação CS BRASIL FROTAS** <licitacao.frotas@csfrotas.com.br>

Date: sex., 8 de nov. de 2024 às 12:03

Subject: CS BRASIL - WF 025608 - ESCLARECIMENTOS JURÍDICOS - INEA/RJ PE/006/2024

To: licitacoesinea@gmail.com <licitacoesinea@gmail.com>

Cc: Licitação CS BRASIL FROTAS <licitacao.frotas@csfrotas.com.br>

POR FAVOR, CONFIRMAR RECEBIMENTO

Sr(a) Pregoeiro(a),

A empresa CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. ("CS Brasil"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.965.693/0001-00, vem respeitosa apresentar-lhe **Esclarecimentos** anexo, direcionados ao Pregão – INEA/RJ PE/006/2024

Agradecemos a atenção,

Licitação

Departamento

+55 11 2377-8068

licitacaocs@csbrasilservicos.com.br



SIMPAP



AVISO LEGAL: "Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente às pessoas endereçadas e contém informação privilegiada e/ou confidencial. Fica proibida a utilização e/ou retransmissão de documentos por pessoa diversa do destinatário, devendo inutilizar de imediato o material a que teve acesso, sob pena de responsabilização na forma da lei."

LEGAL NOTICE: "This message and attachments are destined only to the addressed individuals and may contain privileged or confidential information. It is forbidden to use and/or relay these documents to a different person than the recipient and must immediately dispose of the material that had access, under penalty of accountability by the law."

RENUNCIA: "Este mensaje y sus archivos adjuntos están destinados únicamente a las personas destinadas y contiene información privilegiada y / o confidencial. Está prohibido el uso y / o retransmisión de estos documentos por persona distinta del destinatario y debe descartar inmediatamente el material de que dispone, bajo pena de responsabilidad ante la ley."

3 anexos



image004.png
3K



image005.png
16K



image006.png
23K